

## **A política de ciência em Portugal: o défice de transparência e participação**

**J. Paulo Serra**

**Presidente da Sopcom**

Começo por uma dupla declaração de interesses: fui proponente de um dos 69 projetos do painel de “Média e Comunicação” que não foram aprovados para financiamento no “Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2020”, mas considero que tal não me inibe de ter uma perspetiva crítica não só sobre esse processo concreto mas também sobre o modo mais geral como se define a política de ciência em Portugal; sou presidente da Direção da Sopcom e, como tal, procuro ter em conta o interesse não apenas de alguns dos investigadores que a integram mas da comunidade de Ciências da Comunicação como um todo.

Apresento, em seguida, um conjunto de observações sobre a forma como se define a política de ciência em Portugal e, mais especificamente, sobre o concurso de projetos de investigação referente a 2020.

### **Os resultados do concurso 2020**

Os resultados do “Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2020” são conhecidos e têm vindo a ser discutidos em vários fóruns e a partir de múltiplas perspetivas: em termos globais (todas as áreas científicas) foram submetidos 5 847 projetos, dos quais 3 317 foram considerados elegíveis e, destes, 312 aprovados para financiamento – ou seja, foram aprovados para financiamento apenas 5,3% dos projetos submetidos.

No caso específico da área de “Média e Comunicação” foram submetidos 69 projetos, dos quais foram considerados elegíveis 38 e, destes, 4 aprovados para financiamento – ou seja, foram aprovados para financiamento 5,8% dos projetos submetidos.

De acordo com os dados de um comunicado do SNESUP de 16 de novembro, os valores globais deste concurso são inferiores aos do concurso de 2012 (ano de Troika), no qual foram submetidos 5 126 projetos e financiados 635, ou seja, 12,4% dos projetos submetidos. Em termos de financiamento atribuído a projetos, enquanto em 2012 foram atribuídos cerca de 92 milhões de euros, em 2020 foram atribuídos cerca de 75 milhões de euros – isto é, menos cerca de 17 milhões de euros.

Estamos então, em 2020, quatro anos depois de governo do ministro Manuel Heitor – que, lembra o SNESUP, antes de ser ministro foi um dos subscritores do Livro Negro da Avaliação Científica - pior do que no tempo da Troika? Parece que sim. Mas o comunicado do SNESUP vai ainda mais longe: “Em 2020, as taxas de aprovação do concurso em todos os domínios científicos são as mais reduzidas da história da FCT, traduzindo um retrocesso aos tempos em que Portugal ainda não estava na união Europeia.”

Assim, digo eu, podem desde já o ministro Manuel Heitor e a FCT pensar numa edição revista e (muito) alargada do famigerado Livro Negro, e deixá-lo como herança ao próximo governo; sempre poupam algum tempo.

### **O provincianismo como regra**

Mas as questões que o “Concurso para Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2020” levanta não são apenas quantitativas, são também questões de clareza e transparência democráticas na tomada de decisão.

De facto, em cada uma das áreas científicas os projetos são avaliados por um painel coordenado por um investigador estrangeiro que, supõe-se, indicará os restantes membros do painel - um coordenador que ninguém sabe por quem é indicado, com base em que critérios, e

sem se ouvir minimamente as associações de investigadores nacionais, ou mesmo os conselhos científicos das áreas.

A caracterização genérica destes painéis é feita no site da FCT relativa ao concurso de projetos nos seguintes termos: “A avaliação será efetuada por painéis internacionais de peritos independentes, afiliados a instituições estrangeiras e de reconhecido mérito e idoneidade, constituídos por domínio científico, área científica e subárea científica. (...). (“Avaliação”, disponível no [site da FCT](#)).

Como a questão da independência aparece ligada à questão da afiliação a instituições estrangeiras, é fácil inferir que a FCT considera que, a ser feita por peritos ligados a instituições nacionais, a avaliação não seria independente – e, quiçá, não garantiria o “reconhecido mérito e idoneidade” (sic) que também só os estrangeiros parecem ter.

Imagine-se, só por um momento, que países como a França, a Inglaterra ou a Espanha colocavam (ou colocavam exclusivamente) nas mãos de peritos estrangeiros a avaliação dos seus projetos de investigação e, assim, a orientação estratégica da sua ciência.

Sabemos que Salazar não confiava que os portugueses fossem capazes do exercício da democracia; e que a generalidade dos políticos pós-salazaristas, incluindo aqui os marcelistas e os seus diversos descendentes, achavam que só a integração de Portugal num espaço europeu forçaria o país a “desenvolver-se” e a ser “sério” e “competitivo”.

Há muito tempo (em 1928), Fernando Pessoa identificava neste provincianismo atávico “o mal superior português”, esclarecendo que ele “consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela — em segui-la pois mimeticamente, com uma subordinação inconsciente e feliz” (Fernando Pessoa, “O provincianismo português”, disponível [online](#)).

Esse nosso provincianismo em matéria de ciência revela-se, também, em “obras de arte” como os consórcios estabelecidos com o MIT, Austin ou Carnegie Mellon, decididos mais uma vez não se sabe bem por quem, com base em que critérios, e cujos resultados efetivos carecem ainda de discussão pública e avaliação custo-benefício.

O mais curioso é que, como procuramos mostrar tomando como exemplo o painel de “Media e Comunicação”, um coordenador estrangeiro pode não significar, necessariamente, “independência” entendida como ausência de relações científicas e académicas com investigadores portugueses que participam nos concursos - o que se compreende, desde logo, se tivermos em conta que os investigadores dos diversos países, nomeadamente da Europa, constituem hoje redes multipolares, com geografias variáveis e interconhecimento crescente.

### **A coordenação do painel de “Média e Comunicação”**

Como coordenador do painel de “Média e comunicação” foi indicado/escolhido – insisto: não se sabe por quem, com base em que critérios - o Professor Göran Bolin, da Södertörn University, Suécia.

Mesmo não sendo português, o Professor Göran Bolin está longe de ser um desconhecido em Portugal, ou de não ter relações com investigadores e instituições científicas e académicas portuguesas.

Para dar apenas quatro exemplos destas relações, recorro a informações acessíveis publicamente na Internet:

1) O Professor Göran Bolin participa, como investigador principal, no projeto “Social Media Surveillance and Experiences of Authoritarianism”, financiado pela Baltic Sea Foundation e pelo Riksbanken - Banco Central da Suécia, sendo também investigadores principais desse projeto a Professora Rita Figueiras (Universidade Católica Portuguesa) e Veronika Kalmyk (Tartu University, Estónia) (Notícia de 11 de novembro de 2019, disponível no [website da UCP](#); a descrição do projeto, a concretizar entre 2020-01-01 e 2022-12-3, pode ser encontrada [aqui](#)).

2) De acordo com a informação apresentada publicamente no Curriculum Vitae da Professora Rita Figueiras, a investigadora em causa e o Professor Göran Bolin conceberam e organizaram conjuntamente a “III Spring School on Media, Private Sphere and Daily Life”, que teve lugar em 2016 na Universidade Católica Portuguesa; a Professora Rita Figueiras, o Professor Göran Bolin e ainda a Professora Annette Hull (Universidade de Lund, Suécia) organizaram em conjunto a “IV School Media, Culture and Power – European Cultural Perspectives”, que teve lugar em 2017, mais uma vez na Universidade Católica Portuguesa (Informação disponível [online](#)).

3) O Professor Göran Bolin e o Professor Fausto Colombo (Università Cattolica del Sacro Cuore, Milão), que também fazia parte do painel de avaliação de “Média e Comunicação”, editaram o número 2 de 2019 da revista científica *Comunicazioni Sociali*, subordinado ao tema “Generations, Time, and Media” (a revista é publicada pela Vita e Pensiero, Pubblicazioni dell’Università Cattolica del Sacro Cuore).

Dos 8 textos sobre esse tema (dos quais o primeiro é a introdução dos editores e a que se juntam outros três classificados em “Miscellanea”), há um de que são autoras as investigadoras portuguesas Teresa Sofia Castro, Sara Pereira e Cristina Ponte, e que tem como título “Parenting Young Children in Changing Media Environments with Twenty Years Apart”. Como referem os editores no texto introdutório (cito em inglês), “The special issue brings together a group of researchers from Italy, Sweden, Estonia and Portugal, discussing the temporal aspects of generation theory and of memory formation in order to better understand the temporal categories of experience, and of social existence more generally. The special issue has a background in the form of two workshops, the first arranged at the Università Cattolica del Sacro Cuore in Milan in February 2017, and the second at Södertörn University in Stockholm in September 2017 (Disponível [aqui](#)).

4) O Professor Göran Bolin foi um dos quinze elementos do “International Advisory Panel” do projeto “CEDAR - Consortium on Emerging Directions in Audience Research”, que se realizou entre 2015-2017, tendo como Investigadora Principal e Diretora a Professora Ranjana Das (University of Leicester, Reino Unido), e como Coinvestigadora a Professora Brita Ytre-Arne (University of Bergen, Noruega). Os consultores, oriundos de países como Inglaterra, Alemanha, República Checa, Bélgica, Estónia, Itália, Dinamarca, Grécia, Suécia e Portugal, incluíam também a Professora Cristina Ponte (sic), New University of Lisbon. No que se refere aos membros desse Consórcio, em número de 32, eles incluíam 6 investigadoras portuguesas (representando 18,8% do total): Inês Amaral, Maria José Brites, Patrícia Dias, Ana Jorge, Lídia Maropo e Marisa Torres Silva (Informação disponível [aqui](#)).

#### **A evidência dos temas a investigar**

Vejamos mais de perto o currículo científico do Professor Göran Bolin.

No seu ORCID disponível publicamente, o investigador em causa inclui informação apenas sobre “Employment”, “Education and qualifications” e “Works”, indicando aqui 24 trabalhos; não refere nenhuma outra atividade ou projeto, nomeadamente as que acabei de referir ou as de avaliador da FCT (Informação disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-0216-8862>).

Já o Google Scholar do Professor Göran Bolin indexa 141 trabalhos, que obtiveram um total de 2112 citações, das quais 1224 desde 2015. Os textos mais citados no Google são os seguintes (indica-se o título, a autoria, a editora de livro/revista, o nº de citações e o ano de publicação):

1º - Youth culture in late modernity, J Fornäs, G Bolin, Sage, 179, 1995;

2º - Value and the Media. Cultural Production and Consumption in Digital Markets, G Bolin, Ashgate, 154, 2011;

3º - Visions of Europe: Cultural technologies of nation-states, G Bolin, International Journal of Cultural Studies 9 (2), 189-206, 112, 2006;

4º - Mobile generations: The role of mobile technology in the shaping of Swedish media generations, G Bolin, O Westlund, International Journal of Communication (3), 108-124, 86, 2009;

5º - Media generations: experience, identity and mediated social change, G Bolin, Routledge, 79, 2016.

Acrescente-se, ainda, que os 14 textos publicados nos últimos 3 anos, em 2018 (5), 2019 (5) e 2020 (4), todos em língua inglesa, obtiveram até à data um total de 37 citações, ou seja, uma média de 2,6 citações por texto (Informação disponível no [google scholar](https://scholar.google.com/)).

Estes dados permitem verificar que os trabalhos mais citados do Professor Göran Bolin incidem sobre alguns tópicos centrais: os media, em particular os digitais; a relação das diferentes gerações, em particular os jovens, com os media.

Vejamos, agora, a informação principal sobre os quatro projetos de investigação que foram aprovados no painel de “Média e Comunicação” (indico o título, o investigador responsável e a instituição proponente):

- “Práticas mediadas de jovens adultos: promover justiça de género nas e através de aplicações móveis”, Inês Amaral, Universidade de Coimbra;

- “MediaTrust.Lab - Laboratório de Media Regionais para a Confiança e Literacia Cívicas”, Pedro Jerónimo, Universidade da Beira Interior;

- “Estudo das vivências e expressões de crianças e jovens sobre os media”, Sara Pereira, Universidade do Minho;

“Futuros Climáticos e Transformações Justas: Narrativas e Imaginários Políticos dos Jovens”, Anabela Carvalho, Universidade do Minho.

Constata-se, facilmente, que os projetos aprovados tratam dos media, dos jovens e/ou da relação entre ambos – justamente os tópicos dominantes que têm sido objeto de investigação por parte do Professor Göran Bolin e das redes e projetos transacionais em que ele tem vindo a participar, nalguns casos com alguns dos investigadores responsáveis pelos projetos aprovados.

O olhar dos avaliadores e dos avaliados coincide, assim, no mesmo ato de evidência não questionada, que procura impor-se de forma tácita a todos os concorrentes.

### **A luta pela definição do campo**

O que vimos até aqui permite concluir que, paradoxalmente – ou talvez não - do ponto de vista de um eventual conflito de interesses a situação do Professor Göran Bolin enquanto coordenador estrangeiro do painel de “Média e Comunicação” não se afigura muito diferente da que teria um qualquer coordenador português – o que reforça, mais uma vez, a conclusão de que só um certo provincianismo nos faz querer e fazer o que mais nenhum outro país civilizado quer e faz em matéria de definição de política científica.

A questão grave é que, independentemente dos seus méritos, a escolha dos quatro projetos que foram aprovados é, em si mesma, uma forma de definir uma agenda científica específica, deixando de lado todas as outras agendas possíveis e eliminando, assim, o pluralismo que autores como Paul Feyerabend sempre reivindicaram para a ciência. Essa escolha confirma, pelo contrário, que a ciência continua a ser um campo de luta e de conflito movido por interesses específicos, incluindo financeiros (Pierre Bourdieu) e de domínio de um paradigma sobre outros numa área científica que é, por definição, multiparadigmática (Thomas Kuhn) ou, como preferia dizer Paquete de Oliveira, “indisciplinar”.

Exige-se, assim, (mais) transparência e participação da comunidade de investigadores nacionais na tomada de decisões sobre a ciência que se faz e se quer fazer em Portugal.